

“MÃES DA CAMA-VAZIA” COMO IMAGEM DE CONTRACONTROLE DO PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO¹

“Empty-bed mothers” as a counter-control image of black feminist thought

Madres de cama-vacia como imagen de contracontrol del pensamiento feminista negro

Nayara Luiza de Souza²
Carlos Alberto de Carvalho³

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i28.14678

Resumo: Neste artigo, propõe-se a imagem da “mãe da cama-vazia” como uma atualização das “imagens de controle” (Collins, 2019) ao combiná-las à proposta de Gonzalez (2020) da criação de “antígonas negras”, por parte da mídia, para a permanência do “racismo por denegação” em coberturas jornalísticas que envolvem mulheres negras. As atualizações partem da análise conjunta do “poder da autodefinição” (Collins, 2019) e da “maternidade indignada” (Rocha, 2018) no enfrentamento do genocídio negro.

Palavras-Chave: Decolonialidade. Jornalismo. Imagens de Controle. Interseccionalidade. Mulheres Negras.

Abstract: In this article, we propose the image of the "mother of the empty bed" as an modernization of the "images of control" (Collins, 2019) by combining them with Gonzalez (2020) proposal of the creation of "black antígonas" by the media for the permanence of "racism by denial" in journalistic coverage involving black women. The modernization start from the combined analysis of the "power of self-definition" (Collins, 2019) and "indignant motherhood" (Rocha, 2018) in the fight against black genocide.

Keywords: Decoloniality. Journalism. Controlling Images. Intersectionality. Black Womens.

Resumen: En este artículo, proponemos la imagen de la "madre de cama vacía" como una actualización de las "imágenes de control" (Collins, 2019) combinándolas con la propuesta de González (2020) de la creación de "antígonas negras" por parte de los medios de comunicación para la permanencia del "racismo por negación" en la cobertura periodística que involucra a las mujeres negras. Las actualizaciones parten del análisis conjunto del "poder de autodefinición" (Collins, 2019) y la "maternidad indignada" (Rocha, 2018) en la lucha contra el genocidio negro.

Palabras clave: Interseccionalidad. Decolonialidad. Periodismo. Imágenes de Control. Mujeres Negras.

¹ Parte deste artigo é proveniente de uma dissertação defendida na Universidade Federal de Minas Gerais.

² Mestra, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil. souza.nayaralu@gmail.com | <https://orcid.org/0009-0003-1347-5208>.

³ Doutor, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte - MG, Brasil. carloscarvalho0209@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0001-8433-8794>.

Introdução

Jaqueline Oliveira, mulher negra, nasceu na comunidade do Lins, na Zona Norte do Rio de Janeiro (RJ), no ano de 1981. Formou-se em administração e casou-se com Luciano Gonçalves, com quem teve uma filha. Quando completou 40 anos, Jaqueline conseguiu realizar alguns dos principais sonhos de sua vida: construir uma casa própria para a família e formar a filha em *Designer* de Interiores. Conquistas que a administradora considerava importantes para uma família negra no Brasil, como ela e o marido contaram em entrevistas à imprensa. No dia 07 de junho de 2021, Jaqueline organizava a casa nova e montava o berçário para Maya ou Zayon, nomes que a filha havia escolhido para o bebê descoberto há 14 semanas e comemorava mais duas conquistas: ser avó e acompanhar de perto a continuidade da sua família.

A breve e resumida história de Jaqueline passou a ser conhecida pela imprensa brasileira, em 08 de junho de 2021, quando a sua filha, uma jovem de 24 anos, foi morta por um tiro de fuzil, disparado por um agente da Polícia Militar do Rio de Janeiro. A partir daquela data, Jaqueline Oliveira passou a ser nomeada, nas narrativas jornalísticas, como a “mãe de Kathlen Romeu”. Dois meses depois do crime, em um vídeo gravado por Jaqueline, que foi reproduzido por alguns veículos de imprensa nacionais, ela conta: “Já faz dois meses que o Estado ceifou a minha Kathlen, o meu neto, a minha vida, o meu esforço, o meu amor, a minha continuidade e me deixou só isso aqui: uma cama vazia” (Oliveira, 2021, s.p.)⁴.

⁴ Alinhado ao princípio do pensamento feminista negro (COLLINS, 2019), considera-se neste artigo a produção de conceitos de mulheres negras no cotidiano como estratégia de produções de conhecimento.

A nomeação da figura da “mãe da cama-vazia” parte da aproximação de dois conceitos propostos por Patrícia Hill Collins (2019): as “imagens de controle” (p. 135) e o “poder da autodefinição” (p. 179) à estratégia de vocalização e ação política das mulheres negras que perderam filhas, filhos e filhas para a violência de Estado e buscam a responsabilização desses agentes e combate ao racismo denominada por Luciane Rocha (2018) como “maternidade indignada”⁵ (p. 43).

A proposta da imagem da “mãe da cama-vazia” que sugere-se nomear de “contracontrole” demarca duas dinâmicas acerca desses sequestros de continuidade que permeiam a vida de mulheres negras no país⁶. A primeira revela que, mesmo quando rompe-se com a dinâmica da imposição de identidades exercida pelas “imagens de controle” (Collins, 2019), uma nomeação autodeterminada permanece atada a uma lógica de opressão e de violência para mulheres negras no Brasil. A segunda, é a possibilidade de estender a figura da “mãe da cama-vazia” para os familiares e amigos que perdem mulheres negras vítimas de crimes em decorrência da violência de gênero, que resultam da omissão do Estado⁷.

Considerando a orientação interseccional deste artigo, tornou-se relevante ampliar as análises para as complexidades do racismo que envolvem gênero e sexualidade, como explica Ana Luiza Pinheiro Flauzina (2019), que destaca “o fato de que as mulheres negras não sofrem dores apenas derivadas das dores dos homens, mas também causadas por eles” (p. 65). A violência direta e indireta

⁵ No original: “Maternidad indignada” (Rocha, 2018, p.43).

⁶ De acordo com o levantamento da letalidade policial do Anuário de Segurança Pública de 2021, divulgado em 2022 também pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o número de pessoas negras mortas pela polícia no Brasil, em 2021, pode chegar a 5.167 pessoas, o que corresponde a 84,1% do total de vítimas de violência policial no país.

⁷ A continuidade da mortalidade de mulheres negras em decorrência de crimes motivados por relação de gênero tem sido apontada por diversas autoras e autores como resultado direto da omissão do Estado em estender às mulheres negras, os direitos e aparatos de proteção determinados pelas leis brasileiras de combate à violência, como a Lei 11.340/2016, conhecida por “Lei Maria da Penha”. Cita-se as pesquisas de Carla Akotirene (2020) e Jackeline Romio (2013).

do Estado em relação às mulheres negras vítimas de violência em relacionamentos íntimos nota-se, como explicitado por Carla Akotirene (2019), em diversas relações interseccionais. Um exemplo dessa realidade inclui a falta de acesso aos aparatos de acolhimento dessas mulheres, quando as delegacias especializadas e centros de assistência social são instalados distantes das periferias e municípios interioranos.

Para Akotirene (2019), essa violência estatal direta e indireta passa também por um sistema de notificação que ignora as variáveis raciais até à obstrução efetiva de que as mulheres negras registrem as violências “levando em conta discursos prévios sobre mulheres fáceis, raivosas, perigosas e sexualmente disponíveis” (p. 71). Juliana Martins, Amanda Lagreca e Samira Bueno (2022) alertam para essa dinâmica de omissão dos órgãos de segurança em registrar, como feminicídio, os casos de mortes íntimas de mulheres negras, desconsiderando, quando a mulher é negra, as dinâmicas de crime de gênero dos assassinatos. Ao observarem os dados de feminicídio divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2022, elas apontam essa omissão:

A diferença racial nas vítimas de feminicídio é menor do que a diferença nas demais mortes violentas intencionais. 37,5% das vítimas de feminicídio são brancas e 62% são negras. Nas demais mortes violentas intencionais, contudo, 70,7% são negras e apenas 28,6% são brancas. Em última instância, o que os dados nos indicam é uma possível subnotificação das negras enquanto vítimas de feminicídio. (Martins, Lagreca, Bueno, 2022, p. 13)

Para Collins (2019), é justamente a necessidade de naturalizar e normalizar a marginalização e as opressões diversas direcionadas aos corpos de mulheres negras que originam as “imagens de controle” (p. 135). Embora, inicialmente, Collins tenha elencado nomeações que descrevem mulheres negras estadunidenses que estavam em circulação naquele contexto, desde a escravização até 1990, quando

a obra foi lançada, o conceito e a característica inerente de atualização dessas imagens de subjugação racial permitem que sejam identificadas outras dinâmicas semelhantes. Assim, propõe-se aqui a utilização da “mãe da cama-vazia” como uma categoria analítica interseccional para observar as narrativas encontradas a partir de um termo evocado por uma dessas mães que desafia, através da “autodefinição” (Collins, 2019, p. 179), a operação dessas epistemes racistas e misóginas.

“Mãe da cama-vazia”: Imagens de controle e aproximações nacionais

Collins (2019) identifica que a continuidade da aplicação das imagens de desumanização das mulheres negras, difundidas desde a colonização e ainda repetidas através de imaginários racistas presentes no contexto atual, deve-se à perpetuação de “justificativas ideológicas poderosas” (p. 135). Essas estratégias de submissão de mulheres negras, como explica a autora, são elaboradas e difundidas por espaços de produção de conhecimento como as universidades, o Estado (através de políticas públicas e instituições reguladoras) e pela mídia. Assim, define Collins, as “imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana” (p. 136).

Imagens com denominações relacionadas à palavra “mãe” são as mais comuns entre as elencadas por Collins (2019), principalmente, porque como explica a autora, as “imagens de controle” foram produzidas e difundidas pela branquitude como estratégia de vigilância do corpo e da sexualidade de mulheres negras e para reforçar normas cisheteropatriarcais de feminilidade. A autora identifica e descreve as imagens da “*mammy*”, da “matriarca”, da “mãe dependente do Estado”, da “rainha da assistência social”, da “dama negra” e da “Jezebel”. Essa última, inclusive, recebeu

atualizações ao longo do tempo com traduções ligadas à maternagem, como a denominação “*hoochie mama*”, uma referência às mães-solo. Embora cada uma dessas “imagens de controle” revelem narrativas de subjugação próprias e interligadas, dedica-se, neste artigo, à explicação breve de apenas quatro delas, relacionadas mais efetivamente à proposta aqui apresentada.

A “imagem de controle” da “*mammy*” (p. 140), uma das primeiras informadas por Patrícia Hill Collins (2019), descreve o papel de subordinação esperado das mulheres negras, que deveriam se portar sempre como uma “serviçal fiel e obediente” (p. 140), sendo dóceis e trabalhadoras incansáveis, em subempregos, para amparar as famílias brancas e transmitir esses valores de submissão aos seus descendentes. A noção de boa mãe personificada na “*mammy*” implicava em uma missão dada à mulher negra de criar “bons negros” que, assim como as mães, soubessem o lugar ao qual deveriam se resignar pacificamente.

Para a autora, algo importante a se considerar, quando utiliza-se as “imagens de controle”, como operador analítico interseccional, é pensar nas duas direções informadas por esse: a da imagem que se liga ao imaginário social, historicamente construído e reforçado por pesquisas científicas de caráter racistas, e uma segunda, da operação de controle dos corpos negros. Assim, para Collins (2019), a imagem da *mammy* evoca a análise interseccional de opressões de raça, classe, sexualidade e gênero a partir do momento que informa qual é o comportamento materno aceitável e desejado para essas mulheres e como elas devem se abster de aspectos da sexualidade.

Nesse contexto, para compreender as características atribuídas a essa imagem, pode-se citar três representantes oriundas da ficção e da publicidade que personificam a *mammy*, de acordo com Winnie Bueno (2020): “a *mammy* de ‘E o vento levou’”, “a tia Jemmina”, que estampava as caixas de panquecas nos Estados Unidos e a brasileira “tia Anastácia” (p. 117). Não por acaso, as três

personagens encaixam em uma mesma descrição de mulheres negras de pele retinta, corpulentas, que trabalham como domésticas e/ou cozinheiras, sorridentes, submissas, muito fiéis e dedicadas à família branca a qual serviam.

A essa “imagem de controle” desejável pela branquitude foram estabelecidos os modelos indesejáveis de mulheridade negra: as matriarcas, a mãe dependente do Estado e a variação “*hoochie mama*” da Jezebel. Essas imagens eram as configurações de más mães que deveriam ser controladas em relação à fecundidade e à sexualidade por meio de políticas do Estado e por instituições de segurança. Em relação às matriarcas, essas eram descritas como “afro-americanas que não cumpriam seus deveres ‘femininos’ tradicionais em casa” (Collins, 2019, p. 145) e, assim, eram responsabilizadas pelo fracasso em casamentos heterossexuais, pela baixa escolaridade das crianças negras, por ocorrências de índices de criminalidade e pelas filhas que, eventualmente, engravidassem durante a adolescência.

A fim de garantir a manutenção de uma mulheridade submissa, as matriarcas negras eram descritas como “agressivas e não femininas” (p. 145) e, por estarem trabalhando durante todo o dia, e às vezes em jornadas noturnas, em serviços que correspondiam à educação de crianças brancas, eram culpabilizadas por serem ausentes nos próprios lares. Para Collins, o paradoxo proposto através da figura da matriarca ataca a insubmissão e a independência financeira feminina e responsabiliza as mulheres negras pela desigualdade social e política vivenciada pela população negra. Essa lógica ainda exime o Estado do papel de reparação social e financeira pelos anos de exploração escravocrata.

Essa construção ideológica atribuiu às mulheres negras a responsabilização pela pobreza em que as crianças negras eram geradas e cresciam, mas também reforçou o ideal do comportamento patriarcal de submissão das mulheres. Descritas como “castradoras” (Collins, 2019, p. 150), as

matriarcas negras eram novamente retiradas do que era estabelecido como família a ser protegida pelo Estado. Assim, essas mulheres negras desafiavam o patriarcado branco que tinha, como imagem central, o homem heterossexual branco e chefe de família. Essa imagem da mulher sozinha, como explica Collins (2019), “viola um dogma fundamental da ideologia branca masculina” (p. 152), que prega que a principal fonte de sustento de uma mulher é o casamento heterossexual.

Do mesmo modo, as imagens elencadas por Collins da “mãe dependente do Estado” (p. 152) e da “rainha da Assistência Social” (p. 152) passaram a ser difundidas para desacreditar mulheres negras que tinham acesso a alguma política de redistribuição de renda. Enquanto na perspectiva das “imagens de controle” a matriarca condenava os filhos à miséria por trabalhar demais e não estar disponível no ambiente doméstico das famílias negras, a imagem da “mãe dependente do Estado” foi utilizada para culpabilizar as mulheres negras por não repassarem aos filhos a submissão a trabalhos extenuantes por subsalários como valor a ser adotado. Collins ainda ressalta que a imagem da “mãe dependente do Estado” (p. 152), além de repetir a culpabilização das mulheres negras por desigualdades sociais, ainda foi utilizada para legitimar a adoção de políticas de controle de fecundidade e esterilização compulsória pelo governo americano, entre 1929 e 1980.

A “imagem de controle” identificada por Collins (2019), como “Jezebel”, também é citada por outras pesquisadoras, como Bell Hooks (2020), que evoca a origem do termo, exatamente, em relação à exploração sexual de escravizadas no período colonial. Hooks (2020) explica que a retirada da humanidade e da mulheridade das negras escravizadas passou pelo apagamento da autonomia desses corpos aliado à difusão do imaginário de uma sexualidade bestial. Como descreve Collins (2019, p. 155), “a função da Jezebel era relegar todas as mulheres negras à categoria de mulheres sexualmente agressivas, fornecendo, assim, uma justificação eficaz para os frequentes ataques sexuais”. O controle

da sexualidade é fundamental para compreender o surgimento, desde a escravidão, das imagens da “Jezebel” e suas atualizações, como a variação da “*hoochie* mama” (p. 157), difundida para atacar a sexualidade das mulheres negras, em especial das mães solo, e reforçar as políticas de controle reprodutivos.

No contexto brasileiro, Lélia Gonzalez (2020) revela que não apenas de *mammys*, como a “tia Nastácia”, são compostas as sujeitas negras brasileiras. Para Gonzalez, as mulheres negras efetivaram, no Brasil, papéis de insubmissão por meio da “resistência passiva” (p. 54), em uma categoria que também remete à maternidade: a “mãe-preta” (p. 87). A imagem da “mãe preta” é recuperada, por Gonzalez (2020), de um texto sobre a formação do país, do cientista social Caio Prado Jr., em que ele se refere à “mãe-preta” como “bá” e aquela que “cerca o berço da criança brasileira em uma atmosfera de bondade e ternura” (Prado Jr, 1976, *apud* Gonzalez, 2020, p. 87).

A descrição retomada por Gonzalez (2020) revela uma similaridade com a “imagem de controle” (Collins, 2019) da serviçal, obediente e submissa, que caracteriza a *mammy*. Entretanto, a autora brasileira defende que é na ocultação da exploração sexual e econômica da mulher negra que a “mãe-preta” revela a história da escravização nacional por meio da dinâmica do racismo disfarçado, que enseja o mito da democracia racial no Brasil. Para Gonzalez (2020), esse mito utilizou-se da figura da “mãe-preta” como representante da integração nacional e da harmonia racial para reforçar a versão de que as pessoas negras aceitavam indolentes a escravização. Gonzalez (2020) defende, todavia, que o enfrentamento desse mito reside no desvelamento de que a “mãe-preta” é a imagem colonial permitida da mulata e da mucama e explicita que “foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente cuidou e educou os filhos de seus senhores” (p. 53-54).

A figura da “mãe-preta” auxilia, ainda, na compreensão de outro aspecto das “imagens de controle”, quando se pensa na ação de possibilidades de autodefinição que as mulheres negras recorrem para enfrentar os imaginários produzidos e difundidos para ocultar seus corpos. Esse enfrentamento, explica Collins (2019), acontece muitas vezes em espaços coletivos, compostos principalmente por mulheres negras, em que elas se sintam seguras para falar livremente. Nesses espaços, as mulheres são capazes de explicitar que não interiorizaram as “imagens de controle” a elas impugnadas, promovendo “a autodefinição e o empoderamento” (p. 185).

A figura da “mulata” revela, como explica Gonzalez (2020), o desejo e a exploração sexual direcionados ao corpo negro, e que foram construídos historicamente como desviantes. Assim, essa mulher deve ser escondida nos lugares menos visíveis, desde as cozinhas até os elevadores de serviço. Ou seja, a esses corpos, é imposto o controle de visibilidade e de vida para não denunciar que o mito da democracia racial é uma falácia, ou como define a autora, “uma neurose cultural brasileira” (Gonzalez, 2020, p. 84) constituída pela negação de que o Brasil é um país racista, que estrutura as relações, desde o regime escravocrata, por meio de um racismo disfarçado ou, como define Gonzalez, “racismo por denegação” (p. 130). Para Gonzalez (2020), esse apagamento da mulher negra, no contexto nacional, é feito aprisionando-a no papel de serviçal (seja qual for a profissão exercida por essa mulher) e do genocídio.

Entretanto, como explicam Gonzalez (2020) e Collins (2019), as imagens e os imaginários difundidos para controlarem mulheres negras nunca foram aceitos por elas sem contestação. Gonzalez (2020) descreve duas estratégias de enfrentamento da mulher negra: a da “resistência passiva” (p. 54), por meio da qual a “mãe- preta” (p. 198) ocupou o lugar de produtora de cultura e saber e africanizou a cultura brasileira ao ocupar a posição de “mãe” dentro dos lares brasileiros e da “Marli” (p. 86), que

denuncia incansavelmente o genocídio negro e a violência do Estado. Em relação à mãe-preta, como o enfrentamento foi ocultado pela mulher negra, essa figura não sofre um controle explícito por parte da branquitude e seus dispositivos. O que pode ser considerado, possivelmente, devido à noção massiva de que o corpo da “mãe-preta” ocupava, no contexto escravocrata, uma posição de submissão tida como estática, sendo vistas como mulheres inerentemente submissas e relegadas aos espaços não-visíveis da casa.

Da (in)visibilização e sabotagem da dor negra no jornalismo

A fim de suscitar a descrição de como o jornalismo retrata os casos de “racismo por denegação”, Gonzalez (2020) traz, como exemplo de discussão, o caso de Marli Pereira Soares, a “Marli Coragem”. O caso ocorrido em 1979, durante a ditadura militar, conta do enfrentamento contínuo de uma jovem negra que testemunhou o irmão ser morto pela polícia militar no município de Belford Roxo (RJ). Como as mulheres negras descritas por Gonzalez (2020), Marli também trabalhava como doméstica e, por ter conseguido ampla cobertura do caso na imprensa, foi ameaçada e precisou abandonar a própria casa e se esconder.

Marli foi mais de trinta vezes fazer o reconhecimento dos autores da execução do irmão, conseguindo que os responsáveis fossem presos em 1980. Gonzalez (2020) observa duas características importantes sobre a cobertura jornalística do caso. A primeira, é que a citada ampla cobertura se deveu ao fato de Marli defender, na ocasião, o irmão e não o companheiro ou o filho. Como aponta a autora, “os programas radiofônicos ditos populares são useiros e vezeiros na arte de ridicularizar a crioula que defende seu crioulo das investidas policiais” (p. 86). A segunda, é que o caso

foi tratado como um evento de exceção, reforçando que não existe racismo no Brasil, ao mesmo tempo em que se recalca e torna anônimos os inúmeros casos semelhantes que se repetem sistematicamente. Lélia Gonzalez (2020) defende que quando os jornais atribuíram o apelido de “Coragem” à Marli, ela passou a ser caracterizada na imprensa como uma “‘Antígona Negra’, na heroína, única e inigualável” (p. 86, grifos da autora).

Em relação ao controle exercido na cobertura midiática que ridiculariza as vítimas envolvidas em casos de violência policial, destaca-se a relação interdependente e bélica entre o jornalismo e as instituições de segurança consideradas fontes oficiais. Identificadas por Miranda e Carvalho (2021, p. 17), as “narrativas sabotadas” foram observadas em coberturas de feminicídio quando as narrativas valorizam a voz policial em detrimento das vozes dos familiares das vítimas. Para a autora e o autor, a escolha pelo uso dos jargões policiais e as suas versões em detrimento da fala das famílias, que poderiam relatar as histórias das mulheres quando elas estavam vivas, resulta em um apagamento dessas vidas e das memórias sobre elas. Estendendo essa noção a outras coberturas que priorizam as instituições de segurança como fontes principais, é possível notar uma repetição dessa lógica de violência.

Quanto à individualização do caso de Marli, descrita por Gonzalez (2020), essa mesma dinâmica reaparece na discussão de Muniz Sodré (2015) sobre o racismo midiático. Para o autor, a existência do racismo no Brasil é negada pela imprensa, enquanto imaginários coletivos racistas são reproduzidos por essa “grande mídia” (p. 276). O autor explica que, exceto quando os episódios de racismo são flagrantes, as narrativas midiáticas tendem a rejeitar a existência da discriminação racial como estruturante da sociedade brasileira, tratando como episódicas as ocorrências de violação racial. Fabiane Moraes (2022) também associa esse racismo disfarçado, descrito por Gonzalez (2020), como

“uma síntese perfeita do comportamento de boa parte de nossa imprensa” (p. 104) quando são, por exemplo, permitidas as difusões de declarações racistas de políticos, a propagação de ideias de racismo reverso ou a circulação de narrativas de normalização de criminalidade associadas aos corpos negros.

Em relação às estratégias de mulheres negras em desafiar essas narrativas e à retirada das vozes de familiares de vítimas de violência de Estado, Luciane Rocha (2018) resgata a atuação de mulheres negras no combate ao genocídio da população negra desde a escravidão até as lutas atuais de combate à violência antinegra no Brasil e em outros países da diáspora africana. Rocha (2018) destaca como mulheres negras e mães que perderam seus filhos, filhas e filhas, pela atuação direta da violência de Estado, utilizam a “luta indignada” (p. 45) como pedagogia de resistência contra a naturalização dessas mortes.

Segundo a autora, a “visibilização da atrocidade causada pela violência e pelo racismo” (Rocha, 2018, p. 45) é a primeira estratégia utilizada por essas mulheres negras e mães para contar as histórias das vidas dos filhos, filhas e filhas, em uma narrativa livre de racismo e criminalização. Essa visibilização da ação do Estado foi identificada por Rocha (2018) através da organização de manifestações e, assim, da geração de pautas para possíveis coberturas jornalísticas que denunciam as mortes e as ações policiais que matam pessoas encarceradas sob tutela do Estado, adulteram cenas criminais para construir narrativas criminalizadoras e racistas ou para denunciar a omissão do Estado em apurar, julgar e responsabilizar os próprios agentes.

Essas mães produzem, assim, para Luciane Rocha (2018), contranarrativas àquelas difundidas pelos órgãos oficiais, justamente por terem a maternidade interrompida por ações diretas do Estado. Outra estratégia adotada por essas mães, descrita pela autora, é a utilização da visualização da tristeza

e do luto delas também como ação política, já que essa dor tornou-se inevitável. A autora defende que não cabe uma ocultação desta pela justificativa de não revitimização dessas vítimas, visto que a cegueira do Estado já opera essa violência contínua nesses contextos.

Flauzina (2021) observa que essa incapacidade estatal e dos próprios veículos midiáticos em reconhecer a dor quando essa está sendo sentida por pessoas negras é um dos mais caros legados do processo escravista que desumaniza as pessoas negras. Para essa autora, “as dinâmicas de terror racial conseguiram expropriar o sentido de humanidade de forma tão brutal dos corpos negros que o sofrimento imposto a esse segmento populacional não é socialmente inteligível” (p. 65). Ou seja, em um contexto de guerra perene contra os corpos negros, o Estado brasileiro segue sob o manto da democracia racial, invisibilizando as diferenças raciais que resultam diretamente em injustiças sociais para pessoas negras.

Constituição do *corpus* e nota metodológica

As narrativas jornalísticas envolvendo mulheres negras, analisadas neste artigo, foram coletadas nos portais nacionais de notícias *G1* e *UOL* que, no momento das primeiras coletas teste em 2020, ocupavam a posição dos mais acessados no Brasil⁸. A escolha pelos portais de notícias foi definida pelo perfil desse produto jornalístico de assemelhar-se a um arquivo acessível com disponibilidade diária de visitação. A seleção das narrativas partiu da leitura diária dos dois portais, em dois momentos, no intervalo de 02 a 10 de agosto de 2021 e 05 a 13 de março de 2022. O recorte temporal deveu-se a uma extensão quatro dias antes e depois das datas em que ocorreu a sanção de duas leis direcionadas

⁸ Consulta feita no <https://www.alexa.com/siteinfo> em 29 de agosto de 2020, a partir do Alexa Rank que realizava o levantamento de tráfego mundial em sites e portais de notícia. Em 01 de maio de 2022 o site Alexa.com foi fechado (ou tirado do ar) pela Amazon.

à garantia de uma vida sem violência às mulheres no Brasil, dia 06 de agosto, relativo à promulgação da “Lei Maria da Penha”, e o dia 08 de março, dia em que foi sancionada a “Lei do Feminicídio”.

A coleta, indexação e tabulação das narrativas teve como inspiração a metodologia da Análise de Conteúdo (AC), segundo Laurence Bardin (2010). Contudo, a seleção pela leitura das narrativas nos portais fez-se importante, ao observar a dinâmica das “imagens de controle” que, por estarem ligadas às evocações de imaginários e estereótipos, raramente são verbalizadas, sendo necessária uma observação ampliada dos elementos de composição dos textos audioverbotextuais presentes. Dentro do escopo observado, foram identificadas 494 ocorrências de “imagens de controle”, unindo as identificadas por Collins (2019), as sugeridas por Gonzalez (2020) e a imagem sugerida neste artigo, a da “mãe da cama-vazia”. Ressalta-se que algumas narrativas apresentaram simultaneamente mais de uma dessas epistemes de controle de mulheres negras.

Análise

A partir da utilização da imagem de contracontrole da “mães da cama-vazia”, como ferramenta analítica interseccional de análise contextual de narrativas de violência, foi possível identificar 19 narrativas (menos de 4% do total). Esse baixo número de recorrências sugere alguns pontos de atenção sobre o espaço que as fontes, ainda elencadas como não-oficiais, composto pelos familiares e amigos das pessoas negras mortas direta ou indiretamente pelo Estado, ocupam nas narrativas jornalísticas. No contexto deste artigo, apenas em uma narrativa, em que o texto era a opinião da colunista sobre a morte de três jovens negros na comunidade da Gamboa, em Salvador (BA), a voz cidadã não foi encontrada diretamente, mas esteve presente nas faixas e camisas das fotos que ilustraram a narrativa.

As narrativas que incluem a figura da “mãe da cama-vazia” envolveram mais recursos jornalísticos, como a cobertura local dos fatos, com a ida dos repórteres aos locais das manifestações. Elas também contaram com espaço nos portais, sendo principalmente notícias, reportagens e uma nota coberta. Todas essas narrativas tinham fotos das vítimas em momentos anteriores ao crime, sorrindo e junto aos familiares. Esses elementos diferenciam essas narrativas de outras de violência, como notas policiais ou em decorrência de crimes de gênero que apresentam estruturas textuais muito próximas às escritas de boletins de ocorrência. Quando centradas nas narrativas pelas famílias e não nos braços do Estado, as matérias apresentaram, ainda, uma humanização das fotos póstumas das vítimas, sem o congelamento dessas na posição de violência.

Embora as vozes do poder público, em especial da polícia, ainda estejam presentes nas narrativas onde prevalece a figura da “mãe da cama-vazia”, essas vozes são colocadas em disputa pelos familiares que contestam versões oficiais e padronizadas em ações de extermínio e evocam para si mesmos o local de sujeito detentor do saber sobre seus entes, mais do que os demais. Essas contranarrativas são observadas nos trechos destacados abaixo em que as ações do Estado, reconhecido por esse nome pelas fontes, são diretamente questionados:

Tudo é válido e eu acredito que a justiça vai ser feita. Não existe crime perfeito, existe crime mal investigado. Eu acho que o caso da minha filha estava sendo mal investigado. (Jaqueline Tavares Campos, mãe de Thaysa Campos, UOL, s/p. 11 de agosto de 2021)
O que mais me deixa triste é não ter nenhuma resposta ainda do estado sobre a morte do meu filho. Ainda não foi marcada uma nova data para a audiência, e é muito triste viver sem um filho, sem saber o que aconteceu. (mãe de Rodrigo Marques, G1, s/p. 11 de março de 2022)

A minha irmã estava com um amigo, quando saiu da padaria com o café dela e um pão na mão e levou um tiro nas costas. Os policiais alegaram que por ela estar com um casaco preto, de capuz, confundiram ela com bandidos, mas isso sequer é motivo para ela levar um tiro nas costas. (Tairiz Pereira, irmã de Priscila Carmo Silva, UOL, s/p. 13 de agosto de 2021, grifo meu)

Não é coisa de emoção, coisa de coração, coisa do momento. Não! É Verdade! Eles precisam acreditar na gente e tentar descobrir onde está o Lucas, pra onde foi o Lucas? É isso que a gente quer. (Raquel Rufino, tia de Lucas Rufino. G1, s/p. 11 de março de 2022, grifo meu)

Uma jovem morta, possível vítima de feminicídio, com a investigação sobre ela sem respostas, um adolescente de 15 anos morto por um policial militar em um baile *funk* e a mãe dele que espera há mais de quatro anos pelo julgamento do caso, uma mulher negra executada e um jovem vítima dos deslizamentos de encosta. Os casos citados acima exemplificam a violência direta e indireta do Estado sobre os corpos negros, ocorrências reveladoras tanto da violência quanto da negligência encontradas em todas as dezenove narrativas analisadas. Ao mesmo tempo em que se tem essas falas visibilizadas sempre junto às fotos das vítimas, numa tentativa de manutenção da memória da impunidade que circunda as histórias delas, a pouca recorrência dessas no escopo total de matéria revela que, embora constante, a “luta indignada” (Rocha, 2018, p. 45) muitas vezes não é considerada pauta.

Algumas limitações das narrativas jornalísticas que também foram observadas dizem respeito às mulheres vítimas de feminicídio, que tiveram suas histórias ampliadas para o contexto das narrativas das mães. Em dois dos três casos em que as famílias foram ouvidas, as vítimas eram tratadas dentro do perfil da “*mammy*”, de mulheres negras mães, submissas ao casamento heterossexual. No terceiro caso, a jovem tem sua vida pessoal e sexual dissecada pela narrativa jornalística e são os protestos da mãe que garantem algum espaço no portal. Esse *modus operandi* jornalístico revela o perfil de

comportamento esperado da mulher negra para que as violências infligidas contra ela sejam noticiadas na lógica da “Antígona Negra” (Gonzalez, 2020). Outro tensionamento é a contraposição direta entre as versões da polícia e da família, no caso de crimes de violência policial, em que as narrativas jornalísticas se posicionaram dentro da armadura da objetividade, em alguns pontos até criminalizando o contexto familiar.

Um dos exemplos, é uma comparação possível de ser feita entre a matéria do portal G1 sobre a morte de um jovem de 25 anos por policiais militares, na Vila Torres em Curitiba. O homicídio aconteceu um mês depois de Alisson Vinícios França, de 25 anos, registrar na Corregedoria da Polícia Militar ameaças que havia sofrido de agentes da corporação. No texto do portal, a descrição é a seguinte: “Segundo a defesa da família, Alisson era procurado porque os PMs suspeitavam que ele tinha participado de um tiroteio, que terminou com um policial atingido” (G1, 2022). E no ao vivo, o repórter havia utilizado a palavra “suspeito” para se referir ao jovem. O jornal também colocou como ênfase da pauta, os protestos realizados pelos moradores da vila, ressaltando o incêndio de um ônibus em lugar da morte do jovem.

CHAMADA: Parentes e amigos de um jovem morto pela PM, na Vila Torres em Curitiba, estão fazendo, agora, mais uma manifestação, desta vez, pacífica. A polícia militar disse que houve confronto, mas os parentes do rapaz de 25 anos negam essa versão. No dia em que ele morreu, moradores também organizaram um protesto que terminou com um ônibus incendiado.

REPÓRTER: É uma manifestação pacífica, nem sinal daqueles protestos violentos que aconteceram na última terça-feira (G1, s/p, 12 de março de 2022, grifo meu).

Não há, na narrativa jornalística, questionamentos sobre o andamento da denúncia feita à corregedoria, um mês antes da morte do jovem, e em nenhum momento do texto a ação da polícia militar recebe o adjetivo de violenta. A “chancela social e jurídica” (Flauzina, 2021, p.82) que garante a defesa da propriedade privada se estende para a narrativa jornalística. A voz de cobrança do Estado é novamente da “mãe da cama-vazia”, Simone Machado, mãe de Alisson, que explicita em sua luta indignada: “Eles não mataram meu filho, eles executaram, foi uma execução” (Machado, 2022, s/p.).

Também, em relação à observação combinada do caso “Marli” com a da “mãe da cama-vazia”, pode-se observar a cobertura dada ao assassinato de Kathlen Romeu em que, no primeiro ciclo de notícias, foi possível notar a construção de uma narrativa de como a jovem negra grávida desejava o bebê e havia se formado em um curso superior. Um vídeo divulgado pelo portal *G1*, no dia 09 de junho de 2021, tem como título: “Quem é Kathlen Romeu?”, onde as postagens das redes sociais da jovem demonstrando amor pela gravidez são reproduzidas. A narrativa passa a pontuar o caso de Kathlen como um caso a ser investigado, porque aquele corpo, embora negro, se aproximava da norma patriarcal imposta da *mammy*. Essa construção imagética, contudo, não garantiu a efetivação de ações do Estado em proteção a jovens negras, negros e negres ou em responsabilização dos agentes envolvidos na morte de Kathlen.

Considerações Finais

A partir da proposição e experimentação da imagem de contracontrole da “mãe da cama-vazia”, como ferramenta analítica, foi possível encontrar outras interseções próximas dos mesmos contextos, em especial aquelas relativas a territórios. Vilas, comunidades, favelas e aglomerados foram os principais lugares localizados nas narrativas que incluíam tanto as ocorrências de violência policial

quanto de abandono estatal de apoio às mulheres negras envolvidas em crimes motivados por relações de gênero. A baixa ocorrência de narrativas nas quais a “mãe da cama-vazia” foi identificada também revela a disputa por espaço em relação ao enfrentamento das práticas de racismo institucional, permanecendo no lugar de denegação nos portais observados.

Outro ponto a ser destacado, é que mesmo nessas narrativas em que classe, raça e gênero circundam as discussões, o racismo não é apontado como ponto de discussão nas narrativas, confirmando o observado por Moraes (2022), Sodré (2015) e Gonzalez (2020). As narrativas dos dois portais analisados seguem perpetuando uma democracia racial inexistente, não contextualizando as práticas de racismo institucionais ligadas às ações do Estado e limitando-se a noticiar casos isolados de racismo.

Essa baixa recorrência das narrativas com a imagem da “mãe da cama-vazia” também revela uma permanência da dinâmica de controle dos corpos, onde apenas aqueles mais próximos às visualidades permitidas podem gerar alguma comoção e algum valor de pauta. As situações são descritas ainda para congelar a imagem reificada da mulher negra no imaginário solidificado do corpo negro como aquele a quem se direciona violência e dor, o que, embora possa ser um contínuo nas dinâmicas de genocídio das pessoas negras no Brasil e nas narrativas jornalísticas, ainda são enfrentadas em cada uma das falas dos amigos e familiares ouvidos.

Observa-se que essa análise se relaciona com as narrativas que a compõem, podendo a aplicação da imagem de contracontrole da “mãe da cama-vazia”, como ferramenta analítica a outros escopos de narrativas, oferecer outros elementos de análise, dando peso maior a variáveis não identificadas neste recorte específico. Algumas recorrências aqui observadas, contudo, oferecem pistas importantes sobre essa observação ampliada. Outro ponto defendido, é o reforço da lógica que orienta

o surgimento desta imagem de contracontrole como valor de saber para que as próprias pessoas que experienciam as violências e os traumas nomeiem o fato.

Por fim, esse perfil de atualização das “imagens de controle” (Collins, 2019) ainda sugere uma atualização da própria imagem de contracontrole proposta aqui, liberando-a da centralidade na identificação maternal. Nas narrativas observadas, as pessoas que falavam por seus familiares e amigos, foram pais, mães, tias, avós, amigas e amigos, sugerindo uma extensão do núcleo familiar para outras conformações de família. Essa proposta realiza-se ainda em um enfrentamento da própria formação epistêmica que reforça o imaginário sobre a família negra ou inter-racial como um lugar isolado e esfacelado, o que não se aplica em sua totalidade ou na maioria dos exemplos aqui observados.

Referências

Akotirene, C. (2019) *Interseccionalidade*. Pólen.

Baumann, Z. (2008) *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Zahar.

Bardin, L. (2010) *Análise de conteúdo* (4. Ed). Edições 70.

Bueno, W. (2020) *Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins*. Zouk.

Collins, P. H. (2019) *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*.

Collins, P. H., Bilge, S. (2021) *Interseccionalidade*. Boitempo.

Flauzina, A. L. P. (2019) Democracia Genocida. In R. Pinheiro-Machado & A. De Freixo (Orgs.), *Brasil em transe: Bolsonaroismo, Nova Direita e Desdemocratização* (pp. 63-83). Oficina Raquel.

Gonzalez, L. (2020) *Por um feminismo Afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.

Hooks. b. (2020) *E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo*. Rosa dos Tempos.

Martins, J., Lagreca, A. & Bueno, S. (2022). *Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021*. Fórum de Segurança.

Miranda, C.M., & Carvalho, C.A. (2021) *De jornalistas como comunidade interpretativa aos jornalismo colonizados e colonizadores: coberturas de feminicídios em jornais amazônicos*. XXX Encontro Anual da Compós, São Paulo, Brasil.

Moraes, F. (2022) *A pauta é uma arma de combate*. Arquipélago.

Oliveira, J.L de. (2021) [Entrevista concedida ao G1]. *Dois meses depois da morte de Kathlen, polícia aguarda laudo e busca novas testemunhas; família lamenta falta de respostas*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/08/10/dois-meses-depois-da-morte-de-kathlen-policia-aguarda-laudo-e-busca-novas-testemunhas-familia-lamenta-falta-de-respostas.ghtml>

Rocha, L. O. (2018) *Maternidad indignada: reflexiones sobre el activismo de las madres negras y el uso de las emociones en investigación activista*. ANTHROPOLOGICA/Vol. XXXVI, n.º 41.

Romio, J. A. F. (2013) *A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Ipea.

Sodré, M. (2015) *Claros e Escuros: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. 3ed. Vozes.